

Mais dívidas para o Tesouro garantir

O governo acaba de impor à Caixa Econômica Federal mais um bom negócio, que os banqueiros privados talvez não tenham sido bastante espertos para reconhecer. A Caixa deverá comprar os créditos de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), dinheiro adiantado pelos bancos a governadores em aperto. Em abril, essa conta correspondia a uns R\$ 900 milhões. Depois da sagacidade na compra, haverá um lance de mágica: a dívida de curto prazo se transformará em dívida de longo prazo, com garantia, é fácil ver, do Tesouro Nacional. Refinanciar e alongar dívida normalmente envolve custos, mas esse é apenas um pormenor prosaico e deselegante.

Com a garantia anunciada, a Caixa estará protegida, supostamente, mas o Tesouro, não. Assim, o problema financeiro de alguns Estados irá para a conta de todos os contribuintes. Mais precisamente, para a conta de todos os brasileiros, como pagadores de impostos ou como candidatos a receber serviços do Estado. Não se deve, porém, ser pessimista. Se verbas do Tesouro Nacional forem usadas para resolver problemas de governadores endividados, sempre se poderá recorrer a alguma nova fonte de receita — como outra CPMF, quem sabe? — para financiar a assistência médica e outros servicinhos públicos.

Será um bom negócio para todos, segundo o diretor do Departamento da Dívida Pública

do Banco Central, Jairo da Cruz Ferreira. Os banqueiros terão o consolo de receber logo aquele dinheiro, mas, para isso, precisarão perder alguns de seus melhores ativos. Quem não está ansioso para financiar os governos dos Estados e as prefeituras?

A Caixa tem sido usada para uma porção de outros bons negócios, como sustentar no mercado interbancário instituições em perigo, ficar com carteiras imobiliárias de bancos quebrados e garantir financiamento generoso a governadores e prefeitos. O governo, como se vê, não cedeu à tentação de mudança radical na gerência de suas instituições financeiras. Nada mais natural. Afinal, o homem é animal político por natureza, já dizia Aristóteles muito antes de haver Banco Central, Banco do Brasil, FAT, Secretaria do Tesouro e proposta de emenda ao Orçamento.

A CEF, é claro, estará resguardada, porque o Tesouro será avalista dos débitos. Se algum governador se distrair e esquecer algum pagamento, o dinheiro estará garantido. Nesse caso, adverte-se, o Estado não receberá a transferência federal. Pode ser. Mas esse tipo de ameaça tem sido feito com regularidade, sempre que o governo da União cria algum programa de auxílio ou decide cobrar débitos em



atraso. Isso nunca bastou para mudar o comportamento de prefeitos e governadores. A União, mãe generosa, sempre acaba achando um jeito de perdoar e recompor a harmonia da família. Depois, quem vai brigar por R\$ 900 milhões a mais ou a menos?

Por muito mais que isso o governo federal não tem brigado. Ao contrário. Como atento zelador da Federação, não tem negado proteção e assistência a governadores e prefeitos vitimados pelo jogo perverso dos débitos e créditos. O Banco Central tem emitido títulos para facilitar a rolagem das dívidas de Estados e municípios. Por alguma perversão típica do mundo financeiro, o mercado prefere os papéis federais. Assim, o BC empresta suas letras a governos e prefeituras, para permitir uma renegociação menos custosa. Como garantia, tem os papéis emitidos por Estados e municípios, títulos da melhor qualidade, não há como duvidar. Ao mesmo tempo, estimula seus bancos a participar de empréstimos para projetos de governadores e prefeitos. Nada mais compreensível. Afinal, se falta dinheiro estadual e municipal para objetivos mais modestos, como as despesas correntes e amortização das dívidas, como seria possível investir em obras?

Bancos estaduais também não têm mostrado boa saúde. Alguns foram amplamente utilizados para financiar despesas de governo, antecipando receitas, e para empréstimos nem sempre planejados de acordo com a rotina bancária. Há quem diga que foram usados para objetivos eleitorais, mas isso não deveria ser tomado como acusação. Eleições, afinal, são procedimentos essenciais à democracia, donde se pode concluir que esses gastos foram importantes para a consolidação do regime. Assim, também não cabe levantar suspeita contra o governo federal por se empenhar na ajuda a governadores e prefeitos num ano de eleições. Haverá sempre eleições num regime democrático e, se o Tesouro Nacional não agüentar, o defeito será do Tesouro, não dos que se entregam a cuidados eleitorais. Não é este um raciocínio tão bom quanto o de quem afirma que a Caixa faz bom negócio ao socorrer Estados, municípios e bancos quebrados?

O auxílio, dizem, é só para governadores e prefeitos empenhados em programas de austeridade. Também pode ser. Neste ano? Queramos ou não, estamos pagando para ver.

Governo federal volta a usar a Caixa Econômica e o Tesouro para socorrer Estados endividados